

ULS - Castelo Branco
 Conselho de Administração
 Documento nº 55
 Acta nº 09



REPÚBLICA
PORTUGUESA

SAÚDE



SNS SERVIÇO NACIONAL
DE SAÚDE



Unidade Local de Saúde
Castelo Branco, EPE



Relatório de Execução Orçamental

Período: 01 de janeiro a 30 de junho de 2022

ULSCB, EPE
 Reunião de CA em 17/2/2022

Presidente
 Eng. José Nunes

Vogal Executiva - Dir. Clin. Hospitalar
 Dra. Maria Esmeralda André

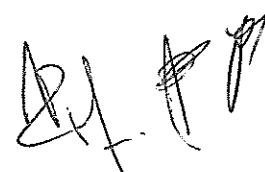
Vogal Executivo - Dir. Clin. CSP
 Dr. Júlio Ramos

Vogal Executiva
 Dra. Tânia Pedro

Vogal Executivo - Enf. Diretor
 Carlos Almeida - MSc, PhD

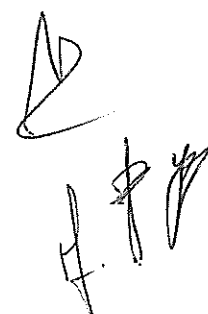
NOTA PRÉVIA

- O presente relatório de execução orçamental, referente ao período de 01 de janeiro a 30 de junho de 2022, visa dar cumprimento ao previsto na alínea b) do n.º 4 do art.º 67.º do Decreto-Lei n.º 52/2022, de 4 de agosto.
- O referencial contabilístico em vigor é o SNC-AP, aprovado pelo DL n.º 192/2015, de 11 de setembro.
- A aplicação SICC apresenta neste período mapas de controlo da execução orçamental ainda com algumas incorreções, permitindo, no entanto, que sirvam de base ao reporte realizado mensalmente no SIGO/DGO, após alguns ajustamentos necessários, prevalecendo, em caso de dúvida, os elementos que constam do balancete.
- A análise ao controlo do orçamento económico tem por base a proposta do PAO 2022, com a última versão de 31 de agosto/2022, não estando ainda assinada, nem publicitada no sítio da ACSS, a Adenda ao Acordo-Modificativo para 2022 que serviu de base à referida alteração ao PAO.
- Apesar de ainda não estarem implementados os centros analíticos de responsabilidade, cada responsável de serviço é informado periodicamente sobre a evolução da execução do Contrato-programa da sua área, no sentido de serem corrigidas atempadamente todas as situações que possibilitem melhorar o desempenho e alcançar os objetivos previstos.



ÍNDICE

INTRODUÇÃO	4
II – Execução Económica face ao Contrato-programa (proposta) e Análise à Evolução dos Gastos e Rendimentos Operacionais face ao período homólogo de 2021	9
A – Gastos e Perdas	9
B – Rendimentos e Ganhos	12
III – Recursos Humanos	13
IV – Evolução da Dívida e dos Pagamentos em Atraso	16
CONSIDERAÇÕES FINAIS	17
Anexo I – Gastos e Perdas	19
Anexo II – Variação Gastos e Perdas	20
Anexo III – Rendimentos e Ganhos	21
Anexo IV – Variação Rendimentos e Ganhos	21



INTRODUÇÃO

O presente relatório pretende dar a conhecer a evolução ocorrida nos gastos e nos rendimentos da ULSCB no período de 01 de janeiro a 30 de junho de 2022, tanto na vertente orçamental, com base no orçamento aprovado pelo Ministério das Finanças, como na vertente económica, tendo como referência a proposta apresentada para o Contrato-programa.

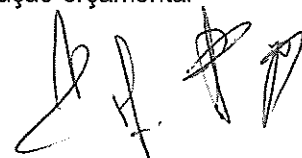
Analisaremos ainda as principais variações em comparação com o período homólogo de 2021 e nomeadamente a evolução dos gastos operacionais (n.º 9 do art.º 144.º do DL 53/2022, de 12 de agosto - DLEO), bem como a evolução da dívida e dos pagamentos em atraso.

No ano de 2021 a situação económico-financeira da ULSCB agravou-se face ao ano anterior, com a dívida a alcançar os 31,6 M€ (27,1 M€ em 31/12/2020) e o PMP a fixar-se nos 208 dias (146 dias em 2020), apesar de terem sido atribuídas verbas suplementares para cobertura de prejuízos transitados, para fazermos face ao crescente aumento da dívida, no montante total de 9,33 M€ (3,99 M€ em agosto e 5,34 M€ em dezembro). Adicionalmente, recebemos ainda uma verba de 300 mil euros que se destinou à realização dos investimentos previstos no artigo 275.º da Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro, no âmbito da Internalização no SNS de análises clínicas e de exames de endoscopia gastroenterológica.

Para o corrente ano, até à entrada em vigor do orçamento para 2022, manteve-se o mesmo nível de financiamento mensal que se revelou insuficiente no ano transato, com a dívida a aumentar 2 M€ em junho como consequência da menor liquidez devido ao pagamento do subsídio de férias, chegando aos 37 M€, o que representa um acréscimo de 5,4 M€ face a dezembro do ano anterior. Assim, sem um reforço do financiamento ajustado aos gastos reais e que nos compense da redução de receita decorrente da dispensa de pagamento de taxas moderadoras, não será difícil de antever que os próximos meses continuarão a revelar as graves dificuldades que esta ULS atravessa, até pelo facto dos gastos com a Covid-19 continuarem a ter um impacto assinalável (*cerca de 1,5 M€ em compromissos à data, dos quais 701 mil respeitam a gastos com pessoal e 799 mil a fornecimentos e serviços, sendo que 901 mil euros já estão pagos*), para além dos acréscimos ao nível dos gastos com energia e combustíveis que afetarão outros setores de atividade e os preços a pagar e diminuindo ainda mais a capacidade de pagamento da ULSCB.

Passando à análise aos resultados alcançados no período, verificamos que o resultado líquido ascende aos 9,6 M€ negativos, piorando face ao do ano anterior (foi de -4,7 M€), e o EBITDA situa-se nos 8,6 M€ negativos (-3,8 M€ em 2021).

Em termos orçamentais/financeiros a cobrança foi inferior ao período homólogo em 1,3% (-496 mil euros) e a despesa paga também diminuiu 1,27% (-486 mil euros), decorrendo do facto da dotação orçamental ser idêntica à do período anterior devido à não aprovação do OE para 2022.



Do ponto de vista da execução económica, globalmente os gastos superaram o referencial do período (50%) em 2,86% (+2,6 M€), mas ao nível dos rendimentos a execução foi abaixo do estimado, ficando 4,43% (-3,7 M€) aquém do que seria expectável.

Feitas estas considerações, passaremos a analisar a execução orçamental e económica ocorrida nas principais rubricas de forma mais detalhada.

I – Execução Orçamental

Esta análise é efetuada com referência ao orçamento transitório que corresponde ao orçamento inicial de 2021.

Da execução ocorrida nas receitas (quadro infra), resulta uma taxa de cobrança de 48,35% face à dotação corrigida anual, correspondendo a 37,7 M€ cobrados, representando portanto um desvio de -1,3 M€ face ao referencial do período, não existindo alterações em termos de dotações face à inicial.

Período: janeiro a junho 2022

U.M.: euro

Código	Designação	F.F.	DOTAÇÃO INICIAL ANUAL (1)	DOTAÇÃO CORRIGIDA ANUAL (2)	Variação relativa da DOTAÇÃO (2)/(1)	Variação absoluta da DOTAÇÃO (2)-(1)	DOTAÇÃO DO PERÍODO (3)	LIQUIDAÇÕES DO PERÍODO (4)	TAXA EXECUÇÃO relativa (4/2)	COBRADO do exercício (5)	COBRADO de exercícios anteriores (6)	TOTAL COBRADO (7)	DESVIO DA EXECUÇÃO DO PERÍODO (7)-(3)	TAXA EXECUÇÃO ANUAL (7/2)
RECEITAS														
	<i>Receitas Correntes</i>		77 310 910	77 310 910	0,00%	0	38 655 455	37 885 205	49,00%	37 592 688	126 054	37 718 742	-936 713	48,79%
04	Taxas, multas e outras penalidades	513	715 222	715 222	0,00%	0	357 611	411 525	57,54%	354 682	11 213	365 895	8 284	51,16%
06	Transferências correntes	413	1 974 785	1 974 785	0,00%	0	987 393	151 292	7,66%	151 292	0	151 292	-836 101	7,66%
06	Transferências correntes	541	102 900	102 900	0,00%	0	51 450	42 081	40,90%	42 081	0	42 081	-9 369	40,90%
07	Vendas de bens e serviços correntes	361	348 492	348 492	0,00%	0	174 246	0	0,00%	0	0	0	-174 246	0,00%
07	Vendas de bens e serviços correntes	362	91 188	91 188	0,00%	0	45 594	0	0,00%	0	0	0	-45 594	0,00%
07	Vendas de bens e serviços correntes	511	73 524 027	73 524 027	0,00%	0	36 762 014	36 810 869	50,07%	36 762 013	0	36 762 013	-1	50,00%
07	Vendas de bens e serviços correntes	513	418 599	418 599	0,00%	0	209 300	252 661	60,36%	66 727	79 452	146 179	-63 121	34,92%
08	Outras receitas correntes	513	135 697	135 697	0,00%	0	67 849	216 777	159,75%	215 893	35 389	251 282	183 434	185,18%
	<i>Receitas de Capital</i>		701 100	701 100	0,00%	0	350 550	0	0,00%	0	0	0	-350 550	0,00%
12	Passivos Financeiros	432	701 100	701 100	0,00%	0	350 550	0	0,00%	0	0	0	-350 550	0,00%
	<i>Total Receitas</i>		78 012 010	78 012 010	0,00%	0	39 006 005	37 885 205	48,56%	37 592 688	126 054	37 718 742	-1 287 263	48,35%

Assim, ao nível das receitas correntes, a execução foi de 48,79%, com a fonte de financiamento (FF) 511 a corresponder ao valor previsto para o período. Quanto à FF 513, relativa a receita própria, temos uma execução acima do previsto em “taxas, multas e outras penalidades”, atingindo os 51,16% (+8 mil euros face à dotação semestral), fruto de termos retomado a cobrança de taxas moderadoras em dívida através do SITAM da SPMS.

Nas demais rubricas e FF a execução foi baixa ou nula, nomeadamente nas relacionadas com projetos cofinanciados (FF 361, 362 e 413) onde apenas a FF 413 apresenta uma ligeira execução de 7,66%

(correspondente a 151 mil euros), estando em curso os projetos de Remodelação do HAL, POSEUR e SAMA.

De salientar ainda a execução um pouco abaixo do previsto na FF 541 (40,9%), que respeita aos recebimentos provenientes do INEM, no âmbito do protocolo da VMER existente, e abaixo do expectável no que se reporta à FF 513 (cap. 07) mas muito acima do esperado no cap. 08 (185,18%) devido, nomeadamente, ao reembolso do Fundo de Compensação do Trabalho pago à entidade gestora desde a sua obrigatoriedade, no total de 178.152 euros, atendendo à exclusão de aplicabilidade, ao Setor Empresarial do Estado, comunicada pelo Instituto de Gestão de Fundos da Segurança Social.

Quanto às receitas de capital, a verba inscrita respeita à componente cofinanciada do projeto POSEUR (FF 432), sem qualquer execução neste período, devido aos atrasos na obra já adjudicada, mas que já irá apresentar execução no quarto trimestre.

Ao nível das despesas (quadro seguinte), a execução global foi de 48,34%, portanto quase idêntica às receitas, atendendo aos constrangimentos do regime duodecimal impostos pela não aprovação do OE para o corrente ano.

Código	Designação	F.F.	DOTAÇÃO INICIAL ANUAL (1)	DOTAÇÃO CORRIGIDA ANUAL (2)	Variação relativa da DOTAÇÃO (2)/(1)	Variação absoluta da DOTAÇÃO (2)-(1)	DOTAÇÃO DO PERÍODO (3)	COMPR. ASSUMIDOS (4)	TAXA EXECUÇÃO relativa (4/2)	PAGO do exercício (5)	PAGO de exercícios anteriores (6)	TOTAL PAGO (7)	DESVIO DA EXECUÇÃO DO PERÍODO (7) - (3)	TAXA EXECUÇÃO ANUAL (7/2)
DESPESAS														
	<i>Despesas Correntes</i>		74 095 027	74 090 996	-0,01%	-4 031	35 732 060	78 810 629	106,37%	27 726 105	9 587 274	37 313 379	1 581 320	50,36%
01	Despesas com pessoal	511	49 804 835	49 804 802	0,00%	-33	23 588 963	28 861 714	57,95%	23 321 039	1 738 347	25 059 386	1 470 424	50,32%
02	Aquisições de bens e serviços	511	23 510 417	23 502 129	-0,04%	-8 288	11 751 065	49 073 785	208,81%	3 941 926	7 650 743	11 592 669	-158 396	49,33%
02	Aquisições de bens e serviços	513	520 474	504 071	-3,15%	-16 403	252 036	665 186	131,96%	268 982	198 184	467 166	215 131	92,68%
02	Aquisições de bens e serviços	541	102 900	102 900	0,00%	0	51 450	42 081	40,90%	42 081	0	42 081	-9 369	40,90%
03	Juros e outros encargos	511	6 225	6 225	0,00%	0	3 113	0	0,00%	0	0	0	-3 113	0,00%
03	Juros e outros encargos	513	6 344	48 953	671,64%	42 609	24 477	48 953	100,00%	48 953	0	48 953	24 477	100,00%
06	Outras despesas correntes	511	100 400	100 400	0,00%	0	50 200	81 858	81,53%	81 858	0	81 858	31 658	81,53%
06	Outras despesas correntes	513	43 432	21 516	-50,46%	-21 916	10 758	37 052	172,21%	21 266	0	21 266	10 508	98,84%
	<i>Despesas de Capital</i>		3 916 983	3 921 014	0,10%	4 031	1 960 507	1 731 243	44,15%	102 638	295 127	397 765	-1 562 742	10,14%
07	Aquisição de bens de capital	361	348 492	348 492	0,00%	0	174 246	0	0,00%	0	0	0	-174 246	0,00%
07	Aquisição de bens de capital	362	91 188	91 188	0,00%	0	45 594	0	0,00%	0	0	0	-45 594	0,00%
07	Aquisição de bens de capital	413	1 974 785	1 974 785	0,00%	0	987 393	147 984	7,49%	14 468	133 516	147 984	-839 409	7,49%
07	Aquisição de bens de capital	432	701 100	701 100	0,00%	0	350 550	0	0,00%	0	0	0	-350 550	0,00%
07	Aquisição de bens de capital	511	102 150	110 471	8,15%	8 321	55 236	1 221 974	1106,15%	4 920	18 890	23 810	-31 426	21,55%
07	Aquisição de bens de capital	513	699 268	694 978	-0,61%	-4 290	347 489	361 285	51,99%	83 250	142 721	225 971	-121 518	32,51%
0														
	<i>Total Despesas</i>		78 012 010	78 012 010	0,00%	0	37 692 567	80 541 872	103,24%	27 828 743	9 882 401	37 711 144	18 578	48,34%

Analisando agora as principais rubricas de despesas correntes que tiveram uma execução global de 50,36% face ao orçamento anual, o agrupamento 01 (despesas com pessoal) apresenta uma execução de 50,32% face à dotação atual, refletindo-se na dotação do período a verba orçamentada para o

pagamento do subsídio de férias, mas excluindo o subsídio de Natal. Contudo, face à dotação semestral, a execução superou a verba disponível em 1,5 M€. Tratando-se, ainda assim, de uma dotação provisória, a situação deverá melhorar com a aprovação do OE para 2022, já que estão previstos mais 2,1 M€ para este agrupamento.

Ao nível do agrupamento 02 (aquisições de bens e serviços), estão contabilizados 29,8 M€ de compromissos relacionados com faturação que ficou por pagar de anos anteriores. Isto é, apenas 40% dos compromissos respeitam à execução de 2022, sendo ainda assim um montante assinalável (quase 20 M€) quando confrontado com a dotação total que é fortemente deficitária face às reais necessidades da ULSCB, tal como foi mencionado na memória justificativa da proposta submetida a aprovação do MF e que, após a sua entrada em vigor, permitirá um reforço deste agrupamento em cerca de 1,2 M€, ainda assim muito aquém do que seria necessário.

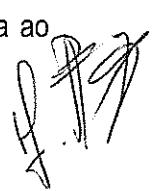
O peso dos encargos de anos anteriores constitui uma limitação que não tem sido possível resolver ao nível do financiamento, impossibilitando por esse facto o cumprimento integral da LCPA e sendo um entrave ao nível da gestão corrente, obrigando à assunção de compromissos sem disponibilidade orçamental, única forma de conseguirmos manter em funcionamento a atividade assistencial da ULSCB. Em relação a pagamentos, as aquisições de bens e serviços, considerando todas as FF, já ultrapassam em cerca de 47 mil euros a dotação teórica do período.

Quanto ao agrupamento 03, a taxa de execução também já está bastante elevada e muito acima do referencial do período (+21 mil euros no somatório das FF), resultando dos encargos pagos aos SPMS pelo processo de recuperação de taxas moderadoras em dívida através do SITAM (cerca de 40 mil euros). No que respeita ao agrupamento 06, temos uma execução elevada nas duas FF (81,53% na FF 511 e 98,84% na FF 513), como consequência dos gastos com impostos (IRC das tributações autónomas relacionadas com gastos com viaturas, ajudas de custo e deslocações e estadas de funcionários, no montante de 78,6 mil euros, e IVA).

Passando à análise das despesas de capital, verifica-se, tal como referido nas receitas, que estas FF evidenciam uma execução muito baixa ou nula, sendo que globalmente não vai além dos 10,14%. Tal se deve, como já mencionado, à fraca execução ao nível dos projetos de investimento em curso.

A FF 513 é a que apresenta maior volume de pagamentos (226 mil euros, correspondendo a uma execução de 32,51%), respeitando maioritariamente a despesas transitadas por pagar de anos anteriores.

Resumidamente, face ao orçamento transitório em vigor neste período, algumas dotações já apresentam insuficiência de dotação disponível se atendermos ao valor estimado para este semestre, situação que deverá ainda assim melhorar com a entrada em vigor do OE 2022 relativamente ao agrupamento 01, mas continuará aquém do necessário para o agrupamento 02 pelo facto do orçamento não ter permitido acomodar a totalidade da despesa que prevíamos devido às limitações existentes no que respeita ao

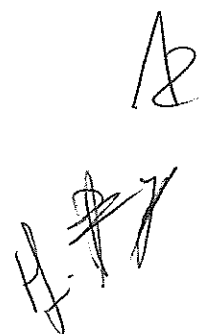
financiamento. Ao nível da receita própria, a dispensa de pagamento de taxas moderadoras na generalidade das prestações de saúde, à exceção de algumas taxas de saúde pública e sanitárias nos CSP e do serviço de urgência sem referência nos serviços hospitalares, levará a uma quebra acentuada de liquidações e de cobrança, situação que deverá ser mais notória no decorrer dos próximos meses e que terá de ser compensada ao nível do Contrato-programa, sob pena de vermos agravar-se o desequilíbrio entre rendimentos e gastos.

De referir, adicionalmente, que a existência de dívidas de anos anteriores absorve logo à partida entre 30 a 35% da dotação do exercício, o que causa sérios problemas ao nível da cabimentação dos processos de aquisição e no cumprimento da LCPA, já que os fundos disponíveis são insuficientes para a totalidade dos compromissos que prevemos assumir na gerência. Trata-se de uma questão recorrente nos últimos anos, e embora se apresente estas dificuldades junto da Tutela mensalmente, apenas pontualmente são atribuídas verbas adicionais para cobertura de prejuízos que apenas têm permitido reequilibrar o orçamento do ano, sem contudo possibilitar uma redução significativa da dívida.

Em termos homólogos, quadro infra, a execução não varia consideravelmente face ao exercício de 2021, com a redução da cobrança a refletir-se também ao nível da despesa paga.

As liquidações também apresentam uma redução em comparação com 2021, situação já motivada pela questão das taxas moderadoras mencionada anteriormente, existindo ainda uma menor execução ao nível dos projetos cofinanciados em 2022, tanto ao nível dos compromissos como dos pagamentos. Globalmente os compromissos crescem 9,87% (+7,2 M€), sendo que os encargos com aquisições de bens e serviços são os que justificam este acréscimo (+8 M€) e resultam maioritariamente de dívidas transitadas do ano anterior.

Descrição	2021	2022	variação	%
Receitas				
- Liquidações	38 832 890	37 885 205	-947 685	-2,44%
- Cobrança	38 215 213	37 718 742	-496 471	-1,30%
Despesas				
- Compromissos	73 303 632	80 541 872	7 238 240	9,87%
- Pagamentos	38 197 114	37 711 144	-485 970	-1,27%



II – Execução Económica face ao Contrato-programa (proposta) e Análise à Evolução dos Gastos e Rendimentos Operacionais face ao período homólogo de 2021

A – Gastos e Perdas

Globalmente, a execução superou a dotação prevista em 2,86% (Anexo I), correspondendo a encargos superiores em 2,6 M€ face ao referencial estimado do período.

Os desvios positivos mais significativos verificaram-se nos fornecimentos e serviços externos (+6,82% / +1,7 M€ no período), incidindo em todas as rubricas, em virtude da previsão total estar abaixo dos gastos efetivamente esperados face à realidade atual e que não foi considerada, nem era previsível, aquando da elaboração dos instrumentos previsionais para 2022 que já impunham limites ao crescimento dos gastos (Despacho Finanças e Saúde de 26 e 27/10/2021).

Em termos homólogos (Anexo II), o aumento total registado foi de 8,9% (+3,9 M€), destacando-se uma vez mais os fornecimentos e serviços externos com um incremento de 21,96% (+2,5 M€), embora tenham sido registadas previsões num total de 2,4 M€ (725 mil euros nos subcontratos e 1,6 M€ nos restantes fornecimentos e serviços) baseadas na média da faturação do ano anterior, correspondendo a 17,4% do total dos gastos registados nestas rubricas.

Por se tratar de elementos com um grande volume de previsões e de muita imprevisibilidade, existe sempre um grau de incerteza elevado quanto à sua evolução, tanto mais com o efeito pandemia que acaba por dificultar esse tipo de análise devido às diferenças existentes entre meses homólogos no que respeita a medidas em vigor que influenciaram, de alguma forma, a atividade ocorrida. Também agora com a crise global instalada e com graves repercussões ao nível dos combustíveis e da energia, já são visíveis dificuldades adicionais que deverão manter-se nos próximos tempos, afetando alguns fornecimentos e dificultando ainda mais os pagamentos e os tempos de espera que as empresas estão dispostas a aguardar pelo recebimento. Pelo que continua a existir uma grande incerteza quanto à evolução que ocorrerá até a curto/médio prazo.

Ainda assim, e com base nos dados registados, os subcontratos crescem 20,13% (+980 mil euros), com aumentos na maioria das rubricas, sendo mais acentuados nos meios complementares de terapêutica (+24,1% / +527 mil euros) com a hemodiálise a aumentar 23% (+300 mil euros), a medicina física e reabilitação 93,8% (+120 mil euros) e os cuidados respiratórios domiciliários 15,7% (+103 mil euros). Nos meios complementares de diagnóstico o crescimento atinge os 17,34% (+381 mil euros), com a patologia clínica a crescer 16,7% (+200 mil euros), a gastroenterologia 26,6% (+38 mil euros) e a imagiologia 6,2% (+31 mil euros).

Quanto aos restantes fornecimentos e serviços, a situação mais problemática neste momento verifica-se ao nível da energia e fluídos, com um acréscimo de 92,2% face ao período homólogo, pelo que as próximas semanas ou meses irão trazer uma subida acentuada dos gastos caso se mantenha ou acentue a atual




pressão dos preços destas matérias. Temos ainda os habituais incrementos nos serviços especializados que registam um crescimento de 14,59% (+606 mil euros), devido essencialmente às rubricas de serviços técnicos de recursos humanos (+21,4% / + 300 mil euros) onde subsiste uma forte incidência de serviços médicos a que recorremos para mantermos em funcionamento diversas valências e serviços (urgência, anestesiologia, obstetrícia, entre outras), de estudos e projetos onde temos nomeadamente um estudo elaborado pelo SUCH, no montante de 114 mil euros, para a ampliação da unidade de cuidados intensivos, e a lavandaria que cresceu 28,7% (+87 mil euros) devido ao aumento de preços dos serviços prestados e por haver menos um mês de previsões registadas em 2021.

Ao nível do CMVMC, o desvio face ao orçamento anual foi de 4,97% (+560 mil euros em relação ao orçamento mensualizado (OM)), destacando-se aqui os medicamentos (+8,49% / +489 mil euros face ao OM) e os reagentes e outros produtos farmacêuticos (+5,18% / +85 mil euros em relação ao OM). Em comparação com o ano anterior, verifica-se uma variação positiva global de 7,6% (+437 mil euros), com o acréscimo mais acentuado a incidir nos gastos com medicamentos (+14,77% / +433 mil euros) e nos reagentes e outros produtos farmacêuticos (+31,54% / +217 mil euros) devido ao elevado volume de testes SARS-CoV-2 realizados, mas em contrapartida existe uma redução de 9,6% (-189 mil euros) no material de consumo clínico devido à diminuição de consumos ao nível de algum material de proteção contra a Covid-19. Nos restantes armazéns, enquanto que no material de consumo administrativo o consumo cresce 7,5 mil euros, temos reduções no consumo hoteleiro (-19 mil euros) e no material de manutenção/manutenção (-13 mil euros), devido ao facto de em 2021 ter havido um consumo mais elevado neste período devido à pandemia.

De realçar que o consumo de medicamentos de cedência gratuita com suporte legal em ambulatório representou neste período cerca de 52,3% do consumo total e tem maior incidência nas áreas de autoimunes, oncologia, hemofílicos, antipsicóticos e esclerose múltipla. Com o objetivo de redução dos gastos em medicamentos foram adotadas, nos últimos anos, medidas de combate ao desperdício que consistem na vigilância do cumprimento dos protocolos e justificações clínicas com base no antibiograma, cujo acesso foi permitido aos serviços farmacêuticos; no cumprimento dos tempos terapêuticos com paragem automática entre o 7º e 10º dia se não for feita nova reavaliação pelo clínico; na obrigatoriedade de preenchimento de justificação clínica, para antibióticos de amplo espetro; na obrigatoriedade de antibiograma para medicamentos de reserva, especialmente para Linezolid (internamento e ambulatório), não ultrapassando o tempo de tratamento indicado no RCM.

Em relação aos restantes armazéns, continuaremos a monitorizar com rigor os consumos dos serviços tendo em vista a redução de desperdícios que ainda possam existir e substituindo, se possível, os artigos menos vantajosos economicamente. Iremos ainda alargar a um maior número de serviços os armazéns avançados e continuaremos a ajustar os níveis de reposição de stocks em função do consumo real.



No que respeita a gastos com pessoal, o desvio global face ao orçamento anual foi de 1,61% (+840 mil euros face ao OM), ressaltando o facto de, contrariamente à análise à execução orçamental onde na dotação excluímos os gastos com o subsídio de Natal, aqui tal não sucede visto existir uma especialização mensal nessas rubricas. Em relação ao período homólogo, o montante processado está 3,33% (+866 mil euros) acima do verificado no ano anterior, impulsionado pelo acréscimo no subsídio de férias (+41,38% / +475 mil euros), nos encargos sobre remunerações (+6,16% / +299 mil euros), na remuneração base (+1,93% / +253 mil euros) e em suplementos e prémios (+112 mil euros) devido à recuperação de consultas nos cuidados de saúde primários. Por outro lado, existe um decréscimo nos abonos variáveis e eventuais (-10,33% / -513 mil euros), com o trabalho extraordinário a diminuir 14,66% (-460 mil euros) devido à redução do impacto da pandemia e ao fecho dos centros de vacinação. Teremos de aguardar pela evolução dos próximos meses para sabermos se esta tendência veio para se manter, sendo certo que teremos de limitar ao máximo as admissões de novos colaboradores no intuito de conseguirmos controlar o crescimento ocorrido nos últimos meses.

De assinalar também que, no âmbito da pandemia, estimam-se gastos com pessoal na ordem dos 701 mil euros no período, na medida 095, conforme consta do reporte efetuado junto da DGO.

Adicionalmente, de referir que continuamos a ter uma forte incidência de prestadores de serviços para darmos cobertura aos serviços de urgência, consulta externa e outras áreas carenciadas de profissionais, atendendo à forte taxa de absentismo por doença e parentalidade, bem como à elevada média de idades, com impacto em Serviços Técnicos de Recursos Humanos e Honorários (1.536 mil euros pagos¹ a prestadores médicos até junho de 2022, correspondendo a 43.097 horas, contra os 1.296 mil euros pagos no ano anterior referentes a 40.233 horas, embora grande parte do acréscimo resulte do facto de não termos conseguido pagar, em dezembro de 2021, a totalidade da faturação que seria normal liquidar, caso tivéssemos verba disponível para o efeito).

Por fim, no que respeita aos restantes encargos, os gastos de depreciação e de amortização são os que se destacam pelo desvio positivo mais expressivo (+4,76% / +84 mil euros face ao OM), com as perdas por imparidade e as provisões a não apresentarem gastos nesta fase por não serem objeto de especialização mensal. Face ao período homólogo, os mais relevantes prendem-se com as amortizações que cresceram 10,72% (+93 mil euros), mantendo-se a especialização mensal da previsão de amortizações relativamente aos bens adquiridos após janeiro de 2016, num total de 600 mil euros neste período, por ainda estar pendente de finalização o processo de integração/inventariação.

Analisando a evolução dos gastos operacionais, conforme estipulado no n.º 9 do art.º 144.º do DL 53/2022, de 12 de agosto - DLEO, verificam-se as seguintes variações no período em análise:

¹ Nota: o mês de pagamento não corresponde, regra geral, ao mês em que foi prestado o serviço, podendo existir um atraso superior a um mês entre ambos.

Evolução dos Gastos Operacionais	2T 2022 Exec.	2T 2021 Exec.	2021/2022	
			Δ Absol.	Var. %
Gastos com o pessoal corrigidos dos encargos i), ii) e iii)	25 777 921 €	25 523 726 €	254 195 €	1,00%
(i) Indemnizações pagas por rescisão	0 €	0 €	0 €	
(ii) Valorizações remuneratórias nos termos da LOE 2018	662 792 €	28 516 €	634 276 €	2224,28%
(iii) Impacto da aplicação do disposto no artigo 21.º da Lei n.º 42/2016, de 29 de dezembro	470 026 €	492 102 €	-22 076 €	-4,49%
Gastos com Deslocações (FSE)	40 046 €	38 813 €	1 233 €	3,18%
Gastos com Ajudas de custo e Alojamento (G c/ Pessoal)	32 662 €	33 215 €	-553 €	-1,66%
Gastos associados à frota automóvel	136 126 €	74 561 €	61 565 €	82,57%
Encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria	174 975 €	51 882 €	123 093 €	237,26%
Número Total de RH (OS + CD + Trabalhadores)	1482	1462	20	1,37%
N.º Órgãos Sociais (OS)	8	8	0	0,00%
N.º Cargos de Direção (CD)	1	1	0	0,00%
N.º Trabalhadores (sem OS e sem CD)	1473	1453	20	1,38%
N.º Trabalhadores/N.º CD	1473	1453	20	1,38%
N.º de viaturas	47	51	-4	-7,84%

- Ligeiro aumento nos gastos com pessoal (+1%) atendendo à entrada de 20 colaboradores face ao período homólogo (não considerando o impacto das valorizações remuneratórias) pelos motivos expostos no capítulo III;
- No que se refere aos encargos com deslocações, ajudas de custo e frota automóvel, globalmente apresentam um crescimento, mais significativo na frota automóvel onde os combustíveis cresceram exponencialmente em comparação com o ano transato (na ordem dos 30% na gasolina e 37,8% no gasóleo, com referência a junho de cada ano).

Quanto à contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria, verifica-se um acréscimo de 123 mil euros face a 2021, justificado pela existência de um estudo elaborado pelo SUCH, no montante de 114 mil euros, para a ampliação da unidade de cuidados intensivos

B – Rendimentos e Ganhos

Confrontada com o orçamento anual (anexo III), a execução ficou 4,43% aquém do esperado, o que se traduziu num desvio de -3,7 M€ em relação ao OM.

Em termos de Contrato-programa, considerando todas as rubricas que compõem o mesmo, a execução face ao orçamento anual foi de 45,83%, o que representa um desvio de -3,4 M€ em termos de OM.

Em relação às taxas moderadoras, a execução foi bastante positiva neste período (77,75% em termos anuais), correspondendo a mais 259 mil euros face ao OM. No entanto esta realidade deverá ser bem diferente no restante exercício, pelos motivos que veremos de seguida.

Em termos homólogos (anexo IV), os rendimentos evidenciam um decréscimo de 2,5% (-981 mil euros), já considerando a especialização do Contrato-programa e os incentivos institucionais.

Ao nível do Contrato-programa regista-se uma redução de 169 mil euros (-0,45%) face a junho de 2021, considerando todas as prestações (incentivos, valor capitolacional e internos).



No que se refere a taxas moderadoras, inverteu-se a tendência de crescimento iniciada no ano anterior após termos retomado a cobrança das dívidas através do SITAM, registando-se agora uma diminuição de 51,31% (-766 mil euros), embora esteja neste momento a decorrer novo processo de cobrança via SITAM, mas de menor dimensão em termos de valores e período alvo. Pretendemos intensificar estes processos (com uma periodicidade de envio trimestral) no intuito de conseguirmos incrementar as receitas próprias, a par de um reforço da cobrança imediata sempre que possível. Porém, a menor capacidade de os utentes pagarem as suas dívidas nos próximos meses, para além do fim do pagamento de taxas a nível hospitalar (sendo apenas cobradas nos episódios de urgência caso não haja referência ou internamento), irão comprometer o nosso objetivo de aumento da cobrança, criando uma necessidade adicional de liquidez que não tem sido colmatada do lado do financiamento do Contrato-Programa.

III – Recursos Humanos

A evolução de recursos humanos na ULSCB, durante o período em análise e relativamente ao 1º trimestre do ano de 2022, continuou estável observando-se apenas uma ligeira flutuação pouco expressiva com tendência descendente. Relativamente ao mês de dezembro do ano de 2021, registou-se uma leve tendência de subida, ainda reflexo da situação pandémica, mas que ao longo dos dois trimestres se tem vindo a esbater. O registo de subida mais substancial decorre da colocação de médicos do internato da especialidade com a colocação de mais 10 elementos e do Internato médico de formação geral com a colocação de mais 5 elementos, situação a que, no entanto, foi retirado algum impacto já que saíram 10 médicos especialistas.

O aumento de profissionais de saúde nestas carreiras ficou a dever-se, naturalmente, à necessidade de contar com um número de efetivos suficiente para continuar a garantir a eficácia, a operacionalidade, a reestruturação de serviços e os rácios mínimos definidos para o respetivo exercício profissional no enquadramento legal. Em algumas situações o ligeiro aumento teve em conta a necessidade de corresponder a legislação entretanto publicada com a criação de novos lugares no mapa de pessoal, alguns deles a extinguir logo que vagos.

As obrigações assistências obrigatórias e a imposição de cumprimento das regras e orientações emanadas pela DGS decorrentes da situação de pandemia Covid-19 que ainda fez sentir alguns efeitos, criaram a necessidade de procedimentos que houve necessidade de manter, no sentido de salvaguardar a integridade de saúde dos doentes e dos profissionais.

Consequentemente, fruto da nova organização criada que foi necessário continuar a manter, ainda que de forma menos pesada, implicou a continuidade de aplicação de uma gestão reforçada, mais abrangente e participada a diferentes níveis e carreiras, bem como, patamares de execução. Continuou a ser necessária a manutenção do reforço da limpeza e desinfeção das áreas de isolamento, superfícies e áreas de




atendimento dos doentes, corredores e espaços dedicados, bem como, desinfeção assídua dos equipamentos, materiais e espaços da ULSCB e, motivou ainda, a necessidade de descontaminação de material e equipamento e manuseamento seguro da roupa, e recolha segura dos resíduos.

Toda a contratação de novos trabalhadores, a afetação e a reorganização necessária dos recursos humanos, teve como origem, além da situação de pandemia Covid-19, diversos outros constrangimentos, nomeadamente, o absentismo, a idade média geral dos recursos humanos vinculados ao mapa de pessoal da ULSCB (47,4 anos) e a idade média mais elevada em alguns grupos profissionais: Assistente Operacional – 50,1 anos, Assistente Técnico – 53 anos, Enfermagem – 45 anos, sendo que, do universo de enfermeiros, 133 têm mais de 55 anos, Pessoal Médico – 45,3 anos, sendo que, se não forem contados os médicos do internato médico, a idade sobe para os 51,7 anos, considerando que do total, 70 médicos têm mais de 55 anos.

Acresce que o hospital inserido na ULSCB teve necessidade de se expandir pelo que foi edificado um novo edifício no perímetro exterior do hospital, para albergar o serviço de consulta externa e outros serviços de apoio e serviços complementares. Esta estrutura implicou que fossem revistas as dotações de recursos humanos de forma a poder alocar profissionais em número suficiente para funcionamento da nova estrutura de saúde, que importa uma volumetria considerável e um muito maior número de espaços e gabinetes de atendimento, consulta e apoio.

Mapa comparativo de evolução dos Recursos Humanos da ULSCB no 2º Trimestre de 2021/2022 e do início para o final do 2º Trimestre 2022

SRH			MAPA DE PESSOAL GERAL ABSOLUTO DA ULSCB						2º. TRIM					
TOTAL GERAL 2021			TOTAL GERAL 2022			TOTAL GERAL ≠ 2021 / 2022			≠ 22 / 22			≠ 22 / 22		
Carreira/Categoria	abril	maio	junho	abril	maio	junho	abril	maio	junho	abril/jun	mai/jun	abril/jun	mai/jun	abril/jun
Conselho Administração	5	5	5	5	5	5	0	0	0	0	0	0	0	0
Administrador Hospitalar	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0
Méd. Especialistas	154	152	151	151	151	148	-3	-1	-3	-3	-3	-3	-3	-3
Méd. Grau Especialista	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0
Méd. IIM - Formação Específ.	45	45	45	52	53	53	7	8	8	8	1	0	0	0
Méd. IIM - Formação Genl	32	31	29	24	23	23	-8	-8	-6	-1	0	0	0	0
Téc. Superior Saúde	18	18	18	17	17	17	-1	-1	-1	0	0	0	0	0
Téc. Superior	28	29	29	34	34	36	6	5	6	1	1	1	1	1
Enfermagem	532	532	533	533	530	533	1	-2	0	0	0	3	3	3
Téc. Diag. Terapêutica	98	99	99	98	98	98	0	-1	-1	0	0	0	0	0
Informática	11	10	10	12	12	11	1	2	1	-1	-1	-1	-1	-1
Educadora Infantil	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0
Assistente Técnico	171	172	172	185	184	183	14	12	11	-2	-1	-1	-1	-1
Assistente Operacional	346	347	346	355	354	354	9	7	8	-1	0	0	0	0
TOTAL - Etilidade funções	1443	1443	1440	1469	1464	1463	26	21	23	-6	-1	-1	-1	-1
Pessoal fora da ULSCB	20	20	19	14	15	15	-6	-5	-4	1	0	0	0	0
Pessoal Dentro de Out. Inst.	16	15	14	16	16	16	0	1	2	0	0	0	0	0
TOTAL GERAL ULSCB	1479	1478	1473	1499	1495	1494	20	17	21	-5	-1	-1	-1	-1

Mapa comparativo mensal de evolução dos Recursos Humanos da ULSCB de dezembro 2021 para o 2º Trimestre de 2022 e do início para o final do 2º Trimestre 2022

SRH

MAPA DE PESSOAL GERAL ABSOLUTO DA ULSCB

TOTAL GERAL 2022												dez/21	2022 # dez21-jan22	2022 # jan22-jun22
Carreira/Categoria	jan	fev	# fev-jan	mar	# mar-fev	abr	# abr-mai	mai	# mai-jun	jun	# jun-mai			
Conselho Administração	5	5	0	5	0	5	0	5	0	5	0	5	0	0
Administrador Hospitalar	1	1	0	1	0	1	0	1	0	1	0	1	0	0
Méd. Especialistas	153	153	0	151	-2	151	0	151	0	148	-3	143	-10	-5
Méd. Grau Especialista	1	1	0	1	0	1	0	1	0	1	0	1	0	0
Méd. IIM - Formação Especif.	51	51	0	51	0	52	1	53	1	53	0	41	-10	2
Méd. IIM - Formação Geral	25	25	0	24	-1	24	0	23	-1	23	0	20	-5	-2
Téc. Superior Saúde	18	18	0	18	0	17	-1	17	0	17	0	16	-2	-1
Téc. Superior	34	34	0	34	0	34	0	34	0	35	1	36	2	1
Enfermagem	533	533	0	533	0	533	0	530	-3	533	3	537	4	0
Téc. Diag. Terapêutica	98	98	0	98	0	98	0	98	0	98	0	103	5	0
Informática	12	12	0	12	0	12	0	12	0	11	-1	10	-2	-1
Educadora Infantil	1	1	0	1	0	1	0	1	0	1	0	1	0	0
Assistente Técnico	186	186	0	186	0	185	-1	184	-1	183	-1	184	-2	-3
Assistente Operacional	355	357	2	357	0	355	-2	354	-1	354	0	342	-13	-1
TOTAL - Eletividade funções	1473	1475	2	1472	-3	1469	-3	1464	-5	1463	-1	1440	-33	-10
Pessoal fora da ULSCB	16	16	0	15	-1	14	-1	15	1	15	0	14	-2	-1
Pessoal Dentro de Out. Inst. *	17	17	0	16	-1	16	0	16	0	16	0	17	0	-1
TOTAL GERAL ULSCB	1489	1491	2	1487	-4	1483	-4	1479	-4	1478	-1	1454	-35	-11

Nestes grupos profissionais, é onde se verifica uma maior e mais elevada taxa de absentismo com propensão de subida, devido a todas as inerências que tal condição naturalmente impõe, determinando longos períodos de afastamento do serviço, ausências por licenças devido ao usufruto de direitos sociais, aumento das situações de incapacidade parcial ou fixação de limitação para o trabalho, indicação para a realização de trabalhos moderados por avaliação do serviço de medicina do trabalho e, fruto de direitos consagrados nas respetivas carreiras, a existência de horários de trabalho com referência a carga horária semanal normal, representando na prática o cumprimento de carga horária mais reduzida.

UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DE CASTELO BRANCO, EPE

SERVIÇO DE RECURSOS HUMANOS

(3º TRIMESTRE)

PESSOAL ACTIVO EM 30.06.2022 - 1.479 trabalhadores

01.01.2022 a 30.06.2022 - Dias Úteis

01/01/2022 a 30/06/2022 - Dias úteis																			
GRUPOS PROFISSIONAIS	PESSOAL ACTIVO	ACIDENTADO (1)	FALTAS MALICIAS (2)	FALTAS FAMILIAR (3)	QUINZA (4)	AUSENTE FÉRIAS (5)	AUSENTE FÉRIAS (6)	FALTAS FÉRIAS (7)	RESERVA DE CONTINGENTES A (8)	CÓPIA (9)	RECURSOS (10)	ALT. (11)	ALT. (12)	ALT. (13)	ALT. (14)	TOTAL DAS AUSÊNCIAS (15)	MÉDIA DAS FALTAS (16)	% TOTAL FALTAS (17)	
Pessoal Médico (inclu Internos)	225	0	321	27	1340	0	141	0	0	0	0	0	0	321	45	2 599	13,33	2,63	21,72%
Técnicos Superiores de Saúde	18	0	0	7	189	0	26	0	0	1	0	0	0	9	0	232	12,89	0,16	1,68%
Pessoal de Enfermagem	542	26	2063	44	2315	1	400	73	0	2	0	5	103	89	5 121	9,45	3,65	37,08%	
TSOT	102	10	328	8	555	0	140	10	0	7	0	0	14	25	1 097	10,75	0,72	7,94%	
Pessoal de Informática	11	0	0	5	57	0	13	0	0	0	0	10	0	1	86	7,82	0,08	0,62%	
Pessoal Docente	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00	0,00	0,00%	
Pessoal Dirigente (inclu Admin. Resp.)	6	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00	0,00	0,00%	
Assistente Técnico	184	0	168	23	1036	21	166	0	0	23	0	0	3	76	1 522	8,27	1,03	11,02%	
Assistente Operacional	355	3	343	30	1898	60	119	0	0	23	0	6	5	48	2 556	7,20	1,73	18,51%	
Técnicos Superiores (RG)	35	0	30	5	53	0	54	0	0	3	0	0	10	2	157	5,63	0,13	1,43%	
TOTAL S	1 479	45	3 478	155	7 473	82	1 659	83	0	59	0	21	1 665	250	13 810	9,34	9,34	100,00%	
MÉDIA DIAS/TRAB		0,03	2,36	0,10	5,05	0,05	0,72	0,05	0,00	0,04	0,00	0,01	0,72	0,20	9,34				
Média % de dias de Trab. em 2022	335 732	0,01	1,64	0,05	2,23	0,02	0,32	0,02	0,00	0,02	0,00	0,01	0,32	0,03	4,13	Absentismo			

Notas: O Estado de saúde é a soma de faltas e dias de trabalho. Média e total. Comparação com o serviço de saúde da ULS de Castelo Branco.

IV – Evolução da Dívida e dos Pagamentos em Atraso

- A dívida total em 30/06/2022 fixou-se nos 37 M€, contra os 31,6 M€ que se registavam em 31/12/2021 (valor atualizado face ao reporte efetuado a 10 de janeiro de 2022). Os pagamentos em atraso correspondem a 23,4 M€, não existindo liquidez para impedir o seu crescimento, crescendo 10,6 M€ face ao final de 2021.
- Em termos homólogos, a dívida cresceu 6,5 M€ e os pagamentos em atraso aumentaram 9,5 M€, refletindo-se desta forma no prazo médio de pagamento que chegou aos 228 dias no final do período, contra os 180 dias do período homólogo, com uma antiguidade que, nalguns fornecedores, já supera os 12 meses.
- Esta evolução ascendente da dívida, que já tem largos meses, já fazia antever um aumento da pressão por parte dos fornecedores, que apenas diminuiu ligeiramente nos períodos de 2021 em que foram recebidas verbas suplementares que nos permitiram reduzir a dívida. Excluindo esses momentos pontuais, os restantes meses têm sido de constante sufoco devido aos compromissos que somos obrigados a cumprir no intuito de não vermos comprometidos os fornecimentos e serviços indispensáveis à manutenção da normal atividade (prestadores médicos, transportes de doentes, incluindo hemodiálise, consumíveis no âmbito da Covid, sistema de pagamentos a convencionados, manutenção de equipamentos e softwares, segurança, limpeza, eletricidade, água, gás, seguros, entre outros exemplos), impossibilitando assim que as obrigações mais antigas ainda em dívida possam ser pagas às empresas menos pressionantes e que têm para já, maioritariamente, perdoado o débito de juros de mora. Nos meses de incidência dos subsídios de férias e de Natal a situação fica ainda mais crítica, por não existir folga de tesouraria mensalmente que nos permita antecipar a quebra de pagamentos que ocorre nesses meses do ano, o que, aliado à supressão da receita própria que advinha das taxas moderadoras, agudiza ainda mais a situação.
- Acresce ainda referir que as ULS têm responsabilidades que não se circunscrevem apenas à área hospitalar e, desde o início da pandemia, os gastos originados nos cuidados de saúde primários também cresceram substancialmente, devido às obrigações e orientações da Tutela, nomeadamente gastos relacionados com a vacinação (horas extraordinárias), testagem, recuperação da atividade, aumento dos cuidados respiratórios domiciliários, entre outras situações que não se verificam nos centros hospitalares.
- Assim, será necessária uma reavaliação do financiamento da ULSCB a curto prazo, considerando já a evolução dos gastos que serão afetados pelo agravamento dos preços da energia e dos combustíveis, no intuito de aliviarmos a pressão que tem sido exercida pelos fornecedores e instituições financeiras (factoring), sob pena de cortes nos fornecimentos de bens e nas manutenções programadas, pondo em causa o normal funcionamento de equipamentos e a saúde dos doentes (alguns fornecedores exigem o pagamento de faturas vencidas, mas não consideradas em atraso,



para a realização das manutenções ou dos fornecimentos). Será ainda necessário resolver o problema da dívida crónica que, ano após ano, nos absorve cerca de 30/35% dos compromissos do ano.

- De referir ainda que 5,6 M€ da dívida total correspondem a faturação da ARS do Centro recebida e processada em finais de 2012 e início de 2013 e que se reporta a reembolsos relacionados com encargos com MCDT (4,6 M€) e vencimentos (1 M€) assumidos por essa entidade na fase de transição/criação da ULSCB, entre janeiro de 2010 e fevereiro de 2011. Parte desta dívida (4,6 M€) já poderia ter sido anulada pela ARS do Centro, com intermediação da ACSS, nos termos do despacho do SES de 25/06/2015, mas até à data não foi dado seguimento ao aludido despacho.
- Quanto ao PMR (prazo médio de recebimento), cresceu 9 dias face ao período homólogo (+16,92%), já que existiu aumento da conta de clientes (+1,8 M€) e diminuição no volume de negócios (-1 M€), principalmente ao nível das taxas (-753 mil euros).

Período: janeiro a junho u.m.: euro

	2021	2022	variação	
			absoluta	%
Dívida Total	30 475 379	36 987 120	6 511 741	21,37%
Dívida vincenda	10 542 225	8 374 501	-2 167 723	-20,56%
Dívida vencida	19 933 155	28 612 618	8 679 464	43,54%
Pagamentos em atraso	13 882 736	23 352 752	9 470 016	68,21%
PMP ponderado (dias)	180	228	48	26,67%
PMR (dias)	52	61	9	16,92%

CONSIDERAÇÕES FINAIS

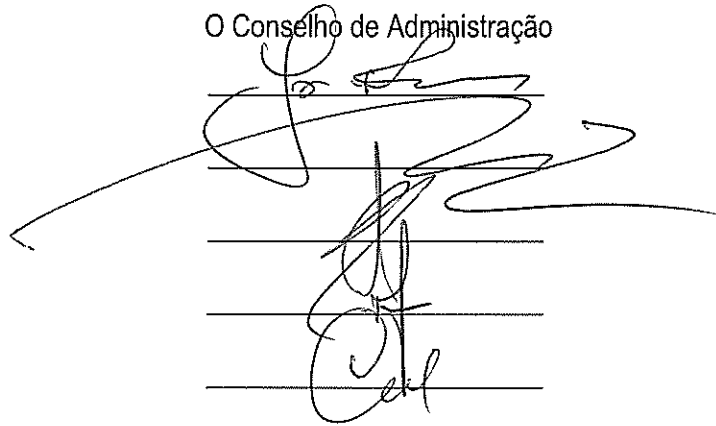
- No final deste período, tal como já seria expectável, a situação económico-financeira continuou a deteriorar-se face ao ano transato, com os gastos com fornecimentos e serviços externos a apresentarem maiores níveis de crescimento, tanto em termos de subcontratos, como nos serviços especializados e na energia e fluídos, e com os rendimentos a estagnarem por força da não aprovação do Orçamento de Estado.
- Sem a resolução do problema estrutural de desadequação entre gastos e rendimentos e consequentemente do pagamento da dívida acumulada, os próximos meses continuarão a ser problemáticos, sendo difícil conseguirmos diminuir gastos a curto prazo, embora tenham de ser feitos alguns ajustamentos no sentido de evitarmos estrangulamentos que, nalguns casos, podem comprometer o normal funcionamento da instituição devido à antiguidade da dívida, com prazos inoportáveis para alguns fornecedores.

- No entanto, temos reportado mensalmente estas nossas preocupações à Tutela, alertando para estas dificuldades, aguardando que seja encontrada uma solução a curto prazo que nos permita aliviar os estrangulamentos existentes.

Castelo Branco, 31 de janeiro de 2023

ULS - Castelo Branco
O Conselho de Administração

O Conselho de Administração



A large, stylized handwritten signature in black ink, written over several horizontal lines. The signature is complex and cursive, with a long horizontal stroke extending to the left.

Anexo I – Gastos e Perdas

u.m.: euro

Mapa de Controlo do Orçamento Económico (Gastos)

30/06/2022

Código	Designação	Orçamento Anual (1)	Orçamento Mensualizado (2)	Processado em 30/06/2022 (3)	Execução Relativa Anual (3) / (1)	Execução Absoluta Mensualizada (3) - (2)	Dotação Disponível (1) - (3)
61	CUSTO MERC.VEND. E MAT.CONS.:						
61241	Produtos farmacêuticos	7 402 190	3 701 095	4 274 977	57,75%	573 882	3 127 213
612411	Medicamentos	5 758 637	2 879 319	3 368 044	58,49%	488 725	2 390 593
612412/19	Reagentes /Out. prod. farmacêuticos	1 643 553	821 777	906 934	55,18%	85 157	736 619
61242	Material de consumo clínico	3 580 194	1 790 097	1 778 287	49,67%	-11 810	1 801 907
6126	Alimentação - géneros por confeccionar	899	450	466	51,86%	17	433
61243	Material consumo hoteleiro	112 780	56 390	42 999	38,13%	-13 391	69 781
61244	Material consumo administrativo	80 536	40 268	53 286	66,16%	13 018	27 250
61245	Material manutenção/conservação	97 354	48 677	47 001	48,28%	-1 676	50 353
61249	Outro material de consumo	43	22	0	0,00%	-22	43
	Total da conta 61	11 273 996	5 636 998	6 197 017	54,97%	560 019	5 076 979
62	FORN. E SERVIÇOS EXTERNOS:						
621	Subcontratos e concessões de serviços						
62111	Meios complementares diagnóstico	4 495 056	2 247 528	2 580 964	57,42%	333 436	1 914 092
62112	Meios complementares terapêutica	4 701 640	2 350 820	2 715 296	57,75%	364 476	1 986 344
62113	Produtos vendidos p/farmácias	37	19	21	56,76%	3	16
62114	Produtos Fornecidos por Farmácias Hospitalares	1 757	879	4 744	270,00%	3 865	-2 987
62115	Internamentos	764 991	382 496	430 110	56,22%	47 615	334 881
62116	Contratos e Acordos	0	0	0		0	0
62119	Outros subcontratos	195 463	97 732	116 764	59,74%	19 033	78 699
622	Serviços especializados	8 536 981	4 268 491	4 761 692	55,78%	493 201	3 775 289
623	Materiais de consumo	61 824	30 912	36 649	59,28%	5 737	25 175
624	Energia e fluídos	2 161 527	1 080 764	1 102 419	51,00%	21 656	1 059 108
625	Deslocações, estadas e transportes	2 319 928	1 159 964	1 385 314	59,71%	225 350	934 614
626	Serviços diversos	985 024	492 512	630 922	64,05%	138 410	354 102
	Total da conta 62	24 224 228	12 112 114	13 764 895	56,82%	1 652 781	10 459 333
63	GASTOS COM O PESSOAL						
631	Remunerações órgãos sociais e de gestão	318 178	159 089	196 499	61,76%	37 410	121 679
632	Remunerações do pessoal	41 727 619	20 863 810	21 338 999	51,14%	475 189	20 388 620
6321	Remunerações certas e permanentes	31 843 787	15 921 894	16 883 218	53,02%	961 325	14 960 569
63211	Remuneração base	25 943 410	12 971 705	13 378 103	51,57%	406 398	12 565 307
63212	Subsídio de férias	2 163 384	1 081 692	1 622 089	74,98%	540 397	541 295
63213	Subsídio de Natal	2 181 134	1 090 567	1 028 559	47,16%	-62 008	1 152 575
63215	Subsídio de refeição	1 505 920	752 980	741 531	49,24%	-11 429	764 389
6321xx	Outros	49 939	24 970	112 937	228,15%	87 968	-62 998
6322	Abonos variáveis e eventuais	9 883 832	4 941 916	4 455 781	45,08%	-486 135	5 428 051
632204	Trabalho extraordinário	6 054 766	3 027 383	2 678 813	44,24%	-348 570	3 375 953
632207	Subs. de prevenção, trab. noturno e de turno	2 013 568	1 006 784	997 155	49,52%	-9 629	1 016 413
6322xxx	Outros	1 815 498	907 749	779 812	42,95%	-127 937	1 035 686
633	Benefícios pós-emprego	1 262	631	626	49,59%	-5	636
634	Indemnizações	4 615	2 308	1 154	25,01%	-1 153	3 461
635	Encargos sobre remunerações	9 681 928	4 840 964	5 156 249	53,26%	315 285	4 525 679
636	Acidentes de trab. e doenças profissionais	245 870	122 935	101 802	41,40%	-21 133	144 068
637	Gastos de ação social	0	0	0		0	0
638	Outros gastos com pessoal	13 157	6 579	13 428	102,06%	6 850	-271
639	Outros encargos sociais	148 350	74 175	101 982	68,74%	27 807	46 368
	Total da conta 63	52 140 979	26 070 490	26 910 739	51,61%	840 249	25 230 240
60	Transferências e subsídios concedidos	0	0	0			
64	Gastos de depreciação e de amortização	1 756 364	878 182	961 711	54,76%	83 529	794 653
65	Perdas por imparidade	476 694	238 347	0	0,00%	-238 347	476 694
67	Provisões do período	60 000	30 000	0	0,00%	-30 000	60 000
68	Outros gastos e perdas	576 168	288 084	28 180	4,89%	-259 904	547 988
69	Gastos e perdas por juros e outros encargos	113 441	56 721	44 663	39,37%	-12 057	68 778
	TOTAL GERAL	90 621 870	45 310 935	47 907 206	52,86%	2 596 271	42 714 664

Anexo II – Variação Gastos e Perdas

Mapa de Controlo do Orçamento Económico (Gastos)

30/06/2022

Código	Designação	Processado em 30/06/2021 (1)	Processado em 30/06/2022 (2)	Variação Absoluta (2)-(1) (1)	Variação Relativa (2)/(1) (1)
61	CUSTO MERC.VEND. E MAT.CONS.:				
61241	Produtos farmacêuticos	3 624 050	4 274 977	650 927	17,96%
612411	Medicamentos	2 934 574	3 368 044	433 470	14,77%
612412/19	Reagentes /Out. prod. farmacêuticos	689 476	906 934	217 457	31,54%
61242	Material de consumo clínico	1 967 167	1 778 287	-188 880	-9,60%
6126	Alimentação - géneros por confeccionar	540	466	-74	-13,74%
61243	Material consumo hoteleiro	61 759	42 999	-18 760	-30,38%
61244	Material consumo administrativo	45 751	53 286	7 535	16,47%
61245	Material manutenção/conservação	60 259	47 001	-13 258	-22,00%
61249	Outro material de consumo	0	0	0	0,00%
	Total da conta 61	5 759 526	6 197 017	437 491	7,60%
62	FORN. E SERVIÇOS EXTERNOS:				
621	Subcontratos e concessões de serviços	4 867 854	5 847 899	980 045	20,13%
62111	Meios complementares diagnóstico	2 199 579	2 580 964	381 385	17,34%
62112	Meios complementares terapêutica	2 187 917	2 715 296	527 378	24,10%
62113	Produtos vendidos p/farmácias	42	21	-21	-49,92%
62114	Produtos Fornecidos por Farmácias Hospitalares	270	4 744	4 473	1654,09%
62115	Internamentos	433 957	430 110	-3 847	-0,89%
62116	Contratos e Acordos	0	0	0	0,00%
62119	Outros subcontratos	46 088	116 764	70 676	153,35%
622	Serviços especializados	4 155 331	4 761 692	606 361	14,59%
623	Materiais de consumo	20 073	36 649	16 576	82,58%
624	Energia e fluídos	573 563	1 102 419	528 856	92,21%
625	Deslocações, estadas e transportes	1 121 512	1 385 314	263 802	23,52%
626	Serviços diversos	548 519	630 922	82 404	15,02%
	Total da conta 62	11 286 852	13 764 895	2 478 043	21,96%
63	GASTOS COM O PESSOAL				
631	Remunerações órgãos sociais e de gestão	143 743	196 499	52 756	36,70%
632	Remunerações do pessoal	20 863 945	21 338 999	475 053	2,28%
6321	Remunerações certas e permanentes	15 895 107	16 883 218	988 111	6,22%
63211	Remuneração base	13 125 190	13 378 103	252 913	1,93%
63212	Subsídio de férias	1 147 285	1 622 089	474 803	41,38%
63213	Subsídio de Natal	864 184	1 028 559	164 374	19,02%
63215	Subsídio de refeição	757 890	741 531	-16 359	-2,16%
6321xx	Outros	558	112 937	112 379	20127,28%
6322	Abonos variáveis e eventuais	4 968 838	4 455 781	-513 057	-10,33%
632204	Trabalho extraordinário	3 138 840	2 678 813	-460 027	-14,66%
632207	Subs. de prevenção, trab. noturno e de turno	1 023 221	997 155	-26 066	-2,55%
6322xxx	Outros	806 776	779 812	-26 964	-3,34%
633	Benefícios pós-emprego	620	626	6	1,00%
634	Indemnizações	2 159	1 154	-1 004	-46,53%
635	Encargos sobre remunerações	4 856 989	5 156 249	299 261	6,16%
636	Acidentes de trab. e doenças profissionais	93 546	101 802	8 255	8,82%
637	Gastos de ação social	0	0	0	
638	Outros gastos com pessoal	5 354	13 428	8 075	150,83%
639	Outros encargos sociais	77 990	101 982	23 992	30,76%
	Total da conta 63	26 044 344	26 910 739	866 394	3,33%
60	Transferências e subsídios concedidos	0	0	0	0,00%
64	Gastos de depreciação e de amortização	868 613	961 711	93 099	10,72%
65	Perdas por imparidade	0	0	0	
67	Provisões do período	0	0	0	
68	Outros gastos e perdas	26 406	28 180	1 773	6,72%
69	Gastos e perdas por juros e outros encargos	5 941	44 663	38 722	651,77%
	TOTAL GERAL	43 991 683	47 907 206	3 915 523	8,90%

Anexo III – Rendimentos e Ganhos

Mapa de Controlo do Orçamento Económico (Rendimentos)

30/06/2022

Código	Designação	Orçamento Anual (1)	Orçamento Mensualizado (2)	Processado em 30/06/2022 (3)	Execução Relativa Anual (3)/(1)	Execução Absoluta Mensualizada (3) - (2)	Dotação por Executar (1) - (3)
70	Impostos, contribuições e taxas						
704108	Taxas moderadoras	934 527	467 264	726 615	77,75%	259 352	207 912
7041xx	Outras taxas	40 334	20 167	20 167	50,00%	0	20 167
	Total da conta 70	974 861	487 431	746 782	76,60%	259 352	228 079
71	Vendas	0	0	0		0	0
72	Prestações de serviços e concessões						
7201164	Incentivos institucionais	8 113 708	4 056 854	3 732 209	46,00%	-324 645	4 381 499
7201165	Valor capitolacional (ULS)	72 226 532	36 113 266	33 052 607	45,76%	-3 060 659	39 173 925
7201168	Internos	796 836	398 418	402 000	50,45%	3 582	394 836
7201169	Outras prestações de serviços	0	0	0		0	0
72012	Prest. saúde de financiamento vertical (ACSS)	230 359	115 180	72 025	31,27%	-43 155	158 334
72013	Outras entidades responsáveis	770 678	385 339	206 999	26,86%	-178 340	563 679
7299	Outros serviços	0	0	0		0	0
	Total da conta 72	82 138 113	41 069 057	37 465 840	45,61%	-3 603 216	44 672 273
75	Transferências e subs. correntes obtidos	105 579	52 790	36 307	34,39%	-16 482	69 272
76	Reversões	370 860	185 430	0	0,00%	-185 430	370 860
78	Outros rendimentos e ganhos	489 686	244 843	65 602	13,40%	-179 241	424 084
79	Juros, dividendos e out. rend. Similares	0	0	0		0	0
	TOTAL GERAL:	84 079 099	42 039 550	38 314 531	45,57%	-3 725 019	45 764 568

Anexo IV – Variação Rendimentos e Ganhos

Mapa de Controlo do Orçamento Económico (Rendimentos)

30/06/2022

Código	Designação	Processado em 30/06/2021 (1)	Processado em 30/06/2022 (2)	Variação Absoluta (2)-(1)	Variação Relativa (2)/(1)
70	Impostos, contribuições e taxas				
704108	Taxas moderadoras	1 492 444	726 615	-765 829	-51,31%
7041xx	Outras taxas	8 150	20 167	12 018	147,46%
	Total da conta 70	1 500 594	746 782	-753 811	-50,23%
71	Vendas	0	0	0	0,00%
72	Prestações de serviços e concessões				
7201162	Programas de gestão da doença crónica	0	0	0	0,00%
7201164	Incentivos institucionais	3 732 209	3 732 209	0	0,00%
7201165	Valor capitolacional (ULS)	33 221 813	33 052 607	-169 206	-0,51%
7201168	Internos	402 000	402 000	0	0,00%
7201169	Outras prestações de serviços	0	0	0	
72012	Prest. saúde de financiamento vertical (ACSS)	132 602	72 025	-60 577	-45,68%
72013	Outras entidades responsáveis	221 398	206 999	-14 399	-6,50%
72014	Acerto de estimativas	0	0	0	
7299	Outros serviços	0	0	0	0,00%
	Total da conta 72	37 710 022	37 465 840	-244 182	-0,65%
75	Transferências e subs. correntes obtidos	36 946	36 307	-638	-1,73%
76	Reversões	0	0	0	0,00%
78	Outros rendimentos e ganhos	47 632	65 602	17 969	37,73%
79	Juros, dividendos e out. rend. Similares	0	0	0	0,00%
	TOTAL GERAL:	39 295 194	38 314 531	-980 663	-2,50%